

ORGANIZAÇÃO:

Diogo Olm Ferreira

REFORMA TRIBUTÁRIA NO SETOR ELÉTRICO

Apuração de IBS e CBS na geração,
transmissão, distribuição e
comercialização de energia

AUTORES:

Diogo Olm Ferreira

Renata Mazzilli

Juliana Menezes Vaz

Vinícius Caccavali

Pietra Arrighe

Davi Lucena

Gabriela Rivitti

Ana Carolina Bocaiuva Ribas

Vagner Quadrante Junior

Mário Shingaki

Paulo Vaz

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Prefácio	IX
Parte 1: aspectos gerais relacionados à Reforma Tributária	1
1. Contextualização da Reforma Tributária.....	1
1.1. Sistema Tributário pré-Reforma Tributária.....	1
1.2. Princípios e Diretrizes da Emenda Constitucional nº 132/2023 ...	3
1.3. Síntese das alterações trazidas pela Reforma Tributária	5
1.4. Regulamentação infraconstitucional	6
2. IBS e CBS	7
2.1. Princípios informadores.....	7
2.2. Detalhamento da incidência de IBS e CBS.....	8
2.2.1. Definições relevantes.....	8
2.2.2. Fato gerador.....	9
2.2.2.1. Operações onerosas	10
2.2.2.2. Operações não onerosas	11
2.2.3. Operações não tributadas.....	12
2.2.4. Momento da ocorrência do fato gerador.....	13
2.2.5. Local da ocorrência da operação.....	17
2.2.6. Base de cálculo.....	17
2.2.7. Alíquota.....	19
2.2.8. Contribuinte.....	23
2.2.9. Hipóteses de responsabilidade tributária.....	24
2.3. Não cumulatividade	31
2.3.1. Regra geral de creditamento.....	32
2.3.1.1. Pressuposto para o crédito	33
2.3.1.2. Exigência de pagamento efetivo	33
2.3.1.3. Creditamento baseado em documento fiscal	34

2.3.1.4. Possibilidade de creditamento imediato e desvinculado da destinação do bem.....	34
2.3.2. Bens e serviços de uso e consumo pessoal.....	35
2.3.2.1. Definição objetiva.....	35
2.3.2.2. Definição subjetiva	36
2.3.2.3. Exceções ao enquadramento como uso e consumo pessoal.....	37
2.3.3. Hipóteses de estorno	38
2.3.4. Ressarcimento	39
2.4. Tributação de importações e exportações	40
2.4.1. Importações.....	40
2.4.1.1. Importação bens imateriais e serviços.....	42
2.4.1.2. Importação bens materiais	45
2.4.2. Exportações.....	48
2.5. Regimes especiais, diferenciados, específicos e favorecidos	51
2.5.1. Visão geral dos regimes excepcionais	51
2.5.2. Regime específico de serviços financeiros	55
2.5.2.1. Disposições gerais	55
2.5.2.2. Impactos do IBS e da CBS sobre o financiamento da atividade de infraestrutura	57
2.5.3. Regime específico de bens imóveis	59
2.6. Formas de quitação do IBS e da CBS devidos.....	63
2.6.1. Compensação de créditos	64
2.6.2. Recolhimento pelo contribuinte.....	64
2.6.3. Recolhimento pelo adquirente.....	65
2.6.4. Split payment.....	66
2.7. Fase de transição.....	69
2.7.1. Implementação gradual.....	69
2.7.2. Créditos de PIS e COFINS na transição	72
2.7.3. Créditos de ICMS na transição	76
2.7.4. Receitas diferidas durante a transição	81
3. Imposto Seletivo.....	83

Parte 2: aspectos específicos da Reforma Tributária para o Setor Elétrico	87
1. Impactos para o Setor Elétrico.....	87
1.1. Energia elétrica como bem material	87
1.2. Local da ocorrência do fato gerador nas operações com energia.....	89
1.3. Momento da ocorrência do fato gerador nas operações com energia	90
1.4. Regra de diferimento	92
1.4.1. Momento de recolhimento de IBS e CBS nas operações com energia.....	92
1.4.2. Direitos relacionados à energia elétrica	94
1.5. Regimes especiais pertinentes ao setor elétrico	97
1.5.1. <i>REIDI</i>	98
1.5.2. Regime de bens de capital.....	100
1.6. Reequilíbrio econômico-financeiro para contratos de concessão	102
2. Impactos para a geração	108
2.1. Aplicação da regra de diferimento para geradoras.....	108
2.2. Contratação por disponibilidade.....	112
2.3. Energias renováveis e zonas de processamento de exportação.....	117
2.4. Geração distribuída	118
3. Impactos para a transmissão.....	119
3.1. Aplicação da regra de diferimento para transmissoras	119
3.2. Reflexos da contabilidade das concessionárias de serviços públicos.....	123
3.3. Tomada de serviços de construção	126
4. Impactos para a distribuição.....	129
4.1. Aplicação da regra de diferimento para distribuição.....	129
4.2. Base de cálculo: encargos setoriais e COSIP	130
4.3. Perdas não técnicas de energia elétrica	132
4.3.1. Compreendendo as perdas não técnicas.....	132

4.3.2. Estorno de créditos de PIS/COFINS relacionado às perdas não técnicas	133
4.3.3. As perdas não técnicas na Reforma Tributária	135
4.3.4. Efeitos práticos do artigo 28 da Lei Complementar nº 214/2025	136
4.4. Cash-back.....	138
4.5. Tributação de cooperativas.....	141
5. Impactos para a comercialização	143
5.1. Aplicação da regra de diferimento para comercialização.....	143
5.2. Detalhamento das operações no Mercado de Curto Prazo - MCP.....	144
5.2.1. O que é o MCP?.....	144
5.2.2. Como as operações no MCP são tratadas para fins do ICMS?	146
5.2.3. Operações no MCP no contexto do IBS e da CBS	147
5.3. Operações com derivativos de energia.....	151
6. Outras discussões relevantes.....	153
6.1. Compartilhamento de custos e despesas	153
6.1.1. Detalhamento da Incidência do IBS e da CBS no contexto de CCCD	158
6.1.2. Tratamento na fase de transição	161
6.2. Reorganizações societárias.....	162
6.3. Tributação de fundos de investimento.....	164
6.4. Tributação de consórcios.....	166